

Estamos juntos, estamos vivos e somos muitos¹: desastre e resistência – a voz dos atingidos em Mariana/MG²

We are together, we are alive and we are many: Disaster and
Resistance - the Voice of the Affected Ones in Mariana/MG

Maria Auxiliadora Ramos Vargas*

Resumo

A abordagem dos desastres pelas Ciências Sociais vem representando o desafio de problematizar a sua interpretação hegemônica, considerando sua forte apropriação pelas chamadas ciências duras. Tal esforço tem permitido desvelar a existência de uma disputa pela sua apropriação e a presença de estratégias discursivas e práticas que marcam os posicionamentos dos diferentes atores sociais envolvidos, evidenciando diversidade e complexidade. Este artigo pretende abrir reflexões em torno de uma forma específica de resistência e denúncia, originada do sofrimento social que tem marcado a experiência de grupos ameaçados pela desterritorialização, tendo por foco os afetados pelo rompimento da Barragem de Fundão – Mariana/MG. Desde o desastre desencadeado em novembro de 2015, comunidades situadas imediatamente à jusante da referida barragem tiveram sua territorialidade profundamente alterada, assim como milhares de agricultores, comerciantes e pescadores viram comprometidas suas atividades produtivas ao longo de todo o Rio Doce – perdas que impactam a base material e simbólica de suas experiências no território. A reflexão pretende se deter nos aspectos que vêm marcando a resistência dos afetados, expressa em valiosas estratégias de luta no enfrentamento do desastre em curso. O Jornal *A Sirene – para não esquecer* é um desses recursos e se revela fundamental na manutenção e reafirmação da memória e da organização desses sujeitos coletivos.

Palavras-chaves: Desastre; vulnerabilização social; estratégias de resistência; Jornal *A Sirene*; Mariana/MG

Abstract

The approach to disasters in Social Sciences has entailed the challenge of its dominant interpretation, considering its strong appropriation by the so-called hard sciences. Such effort has enabled to unveil the existence of a dispute for its appropriation and the presence of discursive and practical strategies marking the positioning of different social actors involved and highlighting both diversity and complexity. This article intends to propose reflections on a certain form of resistance and protest, arising from social suffering that has marked the experience of specific groups threatened to suffer deterritorialization, focusing mainly those affected by a tailing dam breach in Mariana/MG. Since the disaster in November 2015, communities located immediately downstream the dam suffered deep changes in their territorialization, likewise thousands of farmers, traders and fishermen had their productive activities affected along Doce River – losses that impact the material and symbolic support of their experiences in the territory. The analysis aims to investigate those aspects deemed relevant in the resistance of afflicted communities, explicit in valuable struggle strategies triggered in order to cope with the underway disaster. A Sirene Newspaper – to not forget represents one of those resources and has been shown to be essential to maintain and reassert the memory and organization of these collective subjects.

Keywords: Disaster; social vulnerability; resistance strategies; *A Sirene Newspaper*; Mariana / MG.



Desastre: a perspectiva sociológica

O fenômeno *desastre* será aqui brevemente abordado a partir de uma de suas possíveis expressões, num recorte bastante específico e ainda exploratório que objetiva protagonizar a resistência, os enfrentamentos e a denúncia da ameaça de desterritorialização, das diferentes formas de violência, abandono, da mobilidade social descendente experimentadas por grupos sociais em processo de vulnerabilização (ACSELRAD, 2006) e que têm nesse fenômeno um elemento agravador de suas condições estruturais. Dois pressupostos, entre outros significativos, se revelam fundamentais: a) considera-se que as relações macro e microssociais precedentes ao impacto que delinea um desastre desenham as características da vulnerabilidade, dando contornos que tanto ampliam quanto reduzem as defesas de um determinado grupo contra os perigos de natureza variada. Tais relações incluem tanto a lógica organizadora do tecido territorial quanto a que rege o acesso aos recursos naturais, aos bens materiais, à infraestrutura e demais serviços públicos, conforme nos elucidou Norma Valencio (2011); b) as formas de resistência atinentes a esses contextos se alternam entre expressões de organização coletiva e manifestações de natureza mais pontual que poderiam ser nominadas, nos termos de James Scott (2002), *resistência cotidiana*. Os grupos sociais comumente afetados pelos desastres são parte constituinte de um jogo em que as condições de poder são diversas, em que é possível identificar a tentativa de imposição monofônica do conhecimento científico e técnico em detrimento dos saberes populares, advindos das trajetórias de vida e experiência no Lugar.

Quando se avança nessa perspectiva, qual seja, no esforço de identificação das posições ocupadas pelos diferentes atores nesse cenário particular, é possível identificar as regularidades que disparam o embate de forças entre aqueles que Vargas (2013) denominará autoridades e afetados nos desastres. É o esforço de identificar os discursos e práticas de valoração usados por autoridades e afetados, os que revelam o poder de impor um discurso particular de valoração e as resultantes dessa relação, que levam a autora à constatação de que as nomeações feitas por esses atores são simétricas, mas disparam as diferenças e embates presentes nesse universo complexo.

Para a autora, nessa relação, os sujeitos do Lugar, os afetados, vêm registrando o esforço de se fazerem reconhecer como

agentes políticos. Suas formas de resistência se alternam entre as expressões de organização coletiva e as de natureza mais pontual ou cotidianas. Travadas por movimentos locais, regionais e nacionais, as iniciativas de reivindicação e contestação coletivas revelam-se um contraponto à noção de indivíduos atomizados que obscurece a existência de coletividades organizadas em torno da resistência e da defesa de seu território (ZHOURI; OLIVEIRA, 2010). São, portanto, identificados discursos e ações que se voltam contra uma ordem hegemônica estabelecida e que se origina da perda de legitimidade da autoridade, cujas ações não são mais vistas como justificáveis.

O recorte de análise proposto tem como ancoragem a perspectiva sociológica acerca dos desastres, possibilitando o seu entendimento como um tipo de crise social, abarcando uma construção social e também um acontecimento físico, tendo como elementos essenciais: o conjunto complexo de sujeitos e forças atuantes no meio social; a descrição do desastre como um acontecimento social trágico e pontual sem que, com isso, seja sonogada a sua definição como um tipo de crise crônica na esfera social em ocorrência num tempo social, possibilitando a convergência analítica de situação e processo, mesclando situações rotineiras e não rotineiras. Quando falamos em desastres, não estamos todos falando a partir de um mesmo lugar e sobre um mesmo processo. São configuradas disputas pela sua definição, caracterizadas por estratégias tanto discursivas como práticas. Enquanto sua visão hegemônica tende a enfatizá-lo como evento “natural”, a opção feita nesta abordagem é aquela que, à luz da Sociologia, tratará os desastres como fenômenos inerentemente sociais cuja origem se encontra na estrutura ou no sistema social (VARGAS, 2013).

Tais contribuições, inspiradas em Quarantelli (1998, 2005) e Valencio (2012), permitem o tratamento do fenômeno como adverso e provocador da ruptura da rotina, dos lugares, fazeres e práticas, possuindo um viés classista e se associando diretamente às opções de desenvolvimento em curso na sociedade.

O universo da pesquisa sociológica no campo dos desastres tem permitido a identificação do que vêm se configurando como as principais características do sofrimento social agudizado por esse fenômeno. Os afetados denunciam os desastres como acontecimentos persistentes que se mantêm no sofrimento cotidiano, originado de uma multidimensionalidade e

agudização de danos (VALENCIO, 2011), cenários comumente marcados pela redutibilidade da condição humana daqueles que, simultaneamente, viram perder seus familiares, moradia, meios de trabalho, bem como o espaço da vida comunitária, qual seja, o da humanidade compartilhada. São vários, portanto, os planos em que os desastres ocorrem: simbólico, subjetivo, concreto.

Os traços de abandono identificados nesses contextos estão marcados pela própria distância estabelecida entre o meio perito responsável pela gestão e os segmentos sociais que são objeto de sua intervenção, revelando duas características marcantes da gestão pública nesse campo: uma racionalidade técnica monológica e, portanto, excludente da participação dos afetados na gestão e a discrepância entre o discurso institucional e as práticas que efetivamente são adotadas.

Antecedentes do impacto

O rompimento da Barragem do Fundão, em Mariana/MG, vem sendo considerado o maior desastre envolvendo barragens de rejeito de mineração do mundo, tomando por referência os registros iniciados em 1915, segundo Milanez e Losekann (2016). Desde aquele novembro de 2015, muito se tem produzido em notícias, pesquisas no intuito de mapear os danos ambientais provocados pelo impacto dos rejeitos sobre as comunidades e seus territórios, ao longo de toda a extensão do Vale do Rio Doce.

Esta breve reflexão pretende se deter nos aspectos que vêm marcando a experiência de resistência dos afetados (ou atingidos, como se auto definem[3]), considerando centralmente as comunidades que se situam imediatamente à jusante da referida barragem e que tiveram sua territorialidade profundamente alterada pelo impacto[4].

Cabe enfatizar que o referido desastre acresce particularidades aos cenários já caracterizados em pesquisa, quando envolverá, de maneira mais direta, a presença do ente privado/mercado, não só como diretamente responsável pelo desencadeamento do processo, como pela sua atuação na gestão. Pontuam-se características desse processo que, na verdade, assemelham-se a tantos outros e, ao mesmo tempo, ampliam os elementos de análise do desastre:

- no escopo das investigações policiais, o evento foi tipificado

como crime ambiental – na verdade, o maior crime ambiental do Brasil envolvendo mineração;

- o Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) contextualiza o desastre na realidade mineral brasileira, apontando-o como consequência do modelo mineral brasileiro e sinalizando que a esse modelo se associam um quadro de conflitos socioambientais e de violações de Direitos Humanos. Nesse âmbito estão presentes as desiguais condições de poder que envolvem as tomadas de decisão que marcam o novo Código de Mineração brasileiro: empresas mineradoras *versus* comunidades atingidas, movimentos sociais e trabalhadores, sendo estes últimos raramente incluídos na agenda pública em torno do tema;

- As raízes geo-históricas do desastre, quais sejam, o processo de ocupação do vale do Rio Doce e o impacto da mineração na região, levam a consequências socioambientais dramáticas (MILANEZ, 2016). A mineração de grande escala no Brasil tem apresentado um padrão de apropriação extensiva da natureza e dos territórios. Segundo Silva e Andrade (2016), o aumento da produção mineral no Brasil nos últimos 15 anos veio acompanhada de uma dinâmica predatória imposta ao meio ambiente e às comunidades do seu entorno, provocando a perda da reprodução socioeconômica dos grupos que vivem e trabalham nos locais onde os empreendimentos são instalados e gerando a dependência a uma atividade única: a mineração;

- Nessa mesma direção, fica evidenciada a incapacidade do Estado de se impor ao mercado, articulando uma “solução negociada” que substitui as Ações Cíveis Públicas por um Acordo entre representantes do Estado e da empresa, embora sem o envolvimento efetivo dos atingidos. Evidencia-se a acomodação da empresa e a redução de seu envolvimento nas reuniões com os atingidos em Mariana. Zucarelli (2016) associa esse processo à presença crescente no Brasil do modelo de Resolução Alternativa de Disputa e denuncia o esforço de retirada da dimensão política dos debates, buscando consensos que, na verdade, ocultam a diferença de poder e a influência das partes envolvidas;

- Ainda nesse âmbito, o poder econômico e político das empresas BHP Biliton e Vale aparece associado a interesses e setores específicos do Estado brasileiro, particularmente devido ao papel do BNDES na tomada de decisões da mineradora. Dessa situação, decorre um Estado que se ausenta do

atendimento à população atingida, transferindo toda a gestão à Samarco – institucionalizada em Acordo assinado sem a participação dos atingidos. Este acordo não só define que o governo deverá colocar fim nas ações judiciais contra a empresa, como também atribui à Fundação Renova, criada pela empresa, o poder de definir quem são as pessoas atingidas;

- Ficam claramente evidenciadas as fragilidades e inconsistências do processo de licenciamento ambiental da barragem do Fundão, destacando os elementos associados à sua localização, permitindo, segundo Wanderley (2016), a adoção da noção de racismo ambiental, quando da análise da composição racial na distribuição dos riscos associados à proximidade da barragem.

Mariana/MG: Separados pela lama, unidos pela luta[5]

Na observância de tais considerações gerais, essa reflexão pretende apresentar os componentes objetivos e simbólicos que subsidiam tais experiências e lutas. Para tal, além da breve revisão bibliográfica já esboçada, serão apresentadas reflexões reunidas centralmente a partir das publicações do periódico “*A Sirene – para não esquecer*”, produzido mensalmente pelos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão/Mariana[6]. Os realizadores desse periódico são os atingidos que têm o apoio permanente da Universidade Federal de Ouro Preto, Arquidiocese de Mariana, Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e do coletivo local #UmMinutoDeSirene[7]. Contam com um corpo profissional de jornalismo, editoração, diagramação, fotografia, revisão. Há também os que interagem mais indiretamente com essa produção, a exemplo de diferentes núcleos acadêmicos de pesquisa, o Ministério Público de MG, dentre outros, e sua fonte de recursos é o termo de ajustamento de conduta (TAC) feito entre a Arquidiocese de Mariana e MP/MG (2ª Promotoria de Justiça de Mariana). Parte-se, neste artigo, do reconhecimento desse instrumento de comunicação como estratégia valiosa de expressão da luta e resistência dos atingidos no enfrentamento do desastre em curso desde novembro de 2015[8]. Acrescem riqueza a esse esforço, a escuta informal em conversações presenciais ocorridas tanto no contato com discentes e docentes do Curso de Serviço Social da UFOP, a partir de evento local em 2016, como com assistentes sociais vinculados a entidades que têm prestado assessoria às comunidades afetadas

Esboçados os elementos que se dispõem como integrantes da realidade dos atingidos de Mariana/MG, buscar-se-á protagonizar suas manifestações, na forma dos discursos, denúncias, práticas de mobilização e organização, resgates de memória e aprendizados frente aos enfrentamentos experimentados, narrativas e registros extraídos de 23 (vinte e três) exemplares do periódico que chegou à sua 29ª edição, em junho de 2018.

Esta análise se inicia com o próprio papel cumprido pelos **instrumentos de comunicação** que desvelam as tensões na disputa que marcam a tradução do desastre, assim como, as ações dele decorrentes. Tendo como referência o veículo de comunicação criado pela Fundação Renova/Samarco, a Comissão dos Atingidos de Mariana publica: “Por que dizemos não ao Jornal da Renova[9]”. Em 05 (cinco) depoimentos complementares, moradores representantes de comunidades diversas afirmarão: “Nossa liberdade de expressão está aqui; não faz sentido divulgar o que não faz; nosso jornal é *A Sirene*; querem mudar de assunto; não podemos compactuar com eles”. De forma mais ampliada, a mesma edição registra o *que a mídia nacional não diz*, o que é reafirmado posteriormente através do espaço *Recados para a Mídia*. Além do caráter de denúncia, buscam qualificar o instrumento criado pelo coletivo dos atingidos, objetivando fortalecê-lo como a representação da experiência de organização.

O desastre trouxe para o cotidiano dos atingidos a convivência com um conjunto de instituições e normativas, considerando a esfera pública e privada, que desde novembro de 2015 tem marcado suas experiências e os esforços de seu enfrentamento. Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Prefeituras e Legislativo Municipal, Samarco/Vale/BHP, com desdobramentos na Renova, Arquidiocese de Mariana, Cáritas do Brasil, UFOP e diversos núcleos de pesquisas e movimentos sociais figuram como os principais exemplos. O periódico *A Sirene*, ao longo de suas edições, vem sendo instrumento de publicização do lugar ocupado por essa diversidade de atores. Os atingidos se organizam para compreender e enfrentar essas forças, entendendo que integram um jogo. As sessões construídas em *A Sirene* revelam um esforço de entendimento do aparato judicial e institucional presentes, que denunciam as contradições e injustiças presentes num embate que se dá a partir de condições desiguais de poder. Esforçam-se também na

compreensão de uma racionalidade adversa à sua experiência, que revela a relação mercadológica estabelecida pelo poder econômico com o meio ambiente.

Para facilitar a exposição, a síntese dos conteúdos será apresentada a partir das categorias chave: **Denúncias do sofrimento social, resistência, luta; Resgate da história, memória e identidade; Organização, informação e conhecimento.**

As denúncias revelam aspectos do sofrimento experimentado a partir das perdas e do sentimento de injustiça que os acomete, gerando indignação, forjando lutas organizadas e resistência. O conjunto das matérias revelará, entre outros, a denúncia de violação dos direitos das mulheres[10], do acesso restritivo aos seus territórios[11] e, em contrapartida, o esforço de retorno a esses lugares como reafirmação da resistência[12]. Os textos colocam em evidência o sempre retorno ao território para limpar a igreja para um novo casamento, para uma atividade de escavação na tentativa de localizar objetos importantes, como o banco da praça, para pernoitar no território e reavivar memórias e alegrias da convivência ou para reuniões. Uma das moradoras relata que foi abordada por funcionários da Samarco ao pedir a chave da Igreja, quando perguntaram: “De quem é o Bento? Para que ele serve agora?” E a resposta dela foi: “Serve para isso, para resistir!”[13] O tema dos direitos violados é perpassado também pela propriedade perdida para a lama, os desafios do reassentamento, as ameaças à saúde, assim expressas: *No quintal a tragédia!* (a história de Dona Maria)[14]; *Minha terra é insubstituível*[15]; *Terras alagadas, direitos violados*[16].

A matéria “14 de março, dia de luta” trouxe a mobilização que provocou o recebimento do Movimento dos Atingidos por Barragens por Juiz Federal e pelo governador de MG[17]. *De Mariana à Foz*[18] trabalhou a perspectiva coletiva e de união das diversas comunidades impactadas pela lama de rejeitos ao longo da bacia do Rio Doce, em que é registrada a destruição sem precedentes das fontes de subsistência de milhares de famílias e sua adaptação forçada a partir da falta do rio e da terra fértil.

Finalizando esse recorte, destacam-se as matérias que trouxeram *O MAB e a luta dos atingidos em Barra Longa*[19], *Dizer às mineradoras*[20], texto que traduz o esforço de vocalização dos atingidos no trato direto com as empresas, em que denunciam a inoperância, a desconfiança, o desrespeito e a

falta de responsabilidade que perpassa o trato com as comunidades. Revela, também, o nivelamento do conhecimento, como traduz a afirmativa de Genival Pascoal, de Bento Rodrigues: “*Precisamos do processo de reassentamento incluído na Ação Civil Pública de Mariana para nossa garantia. Como podemos acreditar e confiar que o nosso reassentamento vai sair sem estar judicializado?*” Por fim, duas vitórias são documentadas em *A Sirene* de setembro de 2016 e dezembro de 2017, quais sejam, o retorno do processo de Brasília para Mariana, assim como a matéria que noticia a manutenção do bloqueio dos 300 milhões de reais das empresas a serem destinados à reparação dos atingidos.

A organização se fortalece a partir do conhecimento de outras experiências e lutas, conforme relatado na matéria *Experiências de outras lutas: Nova Soberbo*[21]. A comunidade foi visitada pelos ex-moradores de Bento Rodrigues em busca da troca de experiências com famílias atingidas por outras barragens. Também assessorada pelo MAB e pelo Ministério Público, a comunidade de Nova Soberbo descobriu a necessidade da organização coletiva: “Em 2002, o MAB chegou avisando dos problemas que viriam com a barragem. Aos poucos, algumas pessoas começaram a participar do movimento, e foi assim, unidos e organizados, que muitas conquistas vieram (...)”.

O Jornal reserva grande espaço ao **resgate da história, memória e identidade dos atingidos**, marcando as experiências do universo privado das famílias e também aquelas que expressam a construção coletiva do Lugar, da sociabilidade e da luta, sendo que essas esferas se retroalimentam, revelando a teia que integra as vivências e construções coletivas – sendo que a perda desse elo é um dos elementos mais expressivos do sofrimento social desencadeado pelos desastres (VARGAS, 2006). As edições de *A Sirene* estão repletas das expressões dos hábitos e práticas cotidianas, que traduzem vínculos, identidade, luto, luta pela reconstrução, pela retomada da história interrompida naqueles territórios. Trazem o trabalho, receitas (*Saberes que continuam* que apresenta a receita do pastel de Dona Laura[22]), os times de futebol locais (a exemplo do São Bento Futebol Clube, time feminino de Bento Rodrigues), a música e a poesia, a genealogia, mostram os álbuns de família (família Gonçalves, Família Silva, de Bento Rodrigues e Família Santos, de Ponte do Gama), os casamentos[23] (*O último casamento em Paracatu; O último casamento em Bento Rodrigues; A felicidade volta ao Gama*, primeiro casamento depois do rompimento da barragem).

Há um esforço de manutenção das festas tradicionais que revelam as expressões da fé e religiosidade, traços fortes no universo dos atingidos por desastres, inclusive influenciando na sua interpretação (VARGAS, 2013). Há muitos relatos recuperando a prática das missas e comemorações religiosas nos territórios impactados pelos rejeitos: *Céu de esperança* – (história, fé, tradição e cultura se unem para um bem comum em Paracatu de Baixo, sobre a reabertura da Capela de Santo Antônio)[24]. O local é tradicionalmente espaço para a Festa do Menino Jesus e também tem como tradição, há 46 anos, a Folia de Reis. Sr. Zezinho, apresentando um estandarte, afirma na matéria: “Essa bandeira tava lá, a enchente passou, levou os instrumentos, as outras bandeiras, levou tudo... Ela tava num plástico. Tudo foi embora, ela não foi e nem ficou barro nela” (p. 11). Outros títulos trazem o tema[25]: *Fé, força e lama; Primeira Missa no Bento; Viva São Bento!; Dias de festa, vida e fé; Acolhida, esperança e resistência* – práticas da fé, festas dos Santos. Por fim, recupera a prática das benzedeadas locais, com a matéria: *Benzedeadas da alma, do corpo e do coração*[26].

Numa mescla com a religiosidade está o resgate do patrimônio local, mais centralmente representado pelas igrejas, mas também pelos muros e bancos de praça. *Muros Antigos de Bento* apresenta os muros feitos em pedra seca, construídos entre os séculos XVIII e XIX, com enorme importância arqueológica e que ficarão enterrados nos rejeitos estocados pelo Dique S4[27]. Na mesma edição, pode ser lida a coluna *Memória e Espaço* que traz o fragmento:

Os moradores de Bento, não suportando a morosidade dos trabalhos na comunidade atingida, já há algum tempo realizam expedições em conjunto com os arqueólogos responsáveis pelo trabalho. E encontraram um banco que ficava próximo ao Bar da Sandra, embaixo de uma árvore. Maria fez o que estava acostumada desde pequena: saudou o velho companheiro, deitando-se sobre o seu corpo de pedra (p. 7)[28].

A *Sirene* abre espaço para as crianças e jovens expressarem suas impressões e pensarem o futuro. Na matéria *Acabou-se o que era doce*[29], as crianças de Bento e Gesteira desenham e escrevem sobre suas escolas e vivências; os jovens falam sobre o seu futuro no texto intitulado *O futuro vai à escola*[30].

É possível afirmar que tais elementos são convergentes para a reafirmação de uma identidade, a do Lugar[31], que passa a portar a marca de atingido (o sujeito, a coletividade, o território). Alguns textos trazem diretamente essa reflexão: *Atingido, um conceito em disputa*[32]; *Atingidos: figurantes em sua própria história*[33]; *Atingido, quem é você?*[34] – que buscam apresentar a história das pessoas –; *Somos atingidos, sim!*[35] – que busca revelar histórias partilhadas que constroem essa identidade. Os diferentes sujeitos nomearão os elementos de tal processo conforme o lugar que ocupam no jogo e revelarão suas interpretações tomadas por intencionalidades. *Atingido* é a nomeação com a qual, comumente, se identificam os moradores das comunidades impactadas pelos rejeitos da Barragem de Fundão e outras, além de ser de uso do próprio Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Um dos elementos de destaque nessa análise é a repercussão que o rompimento da barragem gera na relação construída entre os estabelecidos, moradores de Mariana e os atingidos, moradores dos territórios impactados, situados no entorno. Desde a transferência dos atingidos para a sede do município e considerando a sua permanência, as primeiras manifestações públicas contra a empresa e a continuada luta pela justiça e reconhecimento de direitos, tal relação vem sendo marcada por uma inversão de lógica, que faz com que os atingidos sejam vistos como ameaçadores à ordem econômica historicamente estabelecida, qual seja, a atividade mineradora. Os atingidos registraram na edição de Junho de 2016, Ano 1 do Jornal A Sirene: *Discriminação é o que temos sofrido dia a dia, desde o rompimento da barragem* (p. 14). Ou seja, a publicização de sua condição como segmento diretamente afetado pela empresa tem levado a comportamentos hostis e condenatórios contra eles. Esse se evidencia como um dos danos provocados pela ausência de outras atividades econômicas de geração de renda e emprego, para além do determinismo minerador. Na matéria *Vamos conversar sobre o Preconceito*[36], os atingidos relatam “a vivência da tragédia” que compreende, também, o cotidiano perpassado pela discriminação dos que tecem julgamentos e constroem condenações infundadas.

No ponto de ônibus, Lêda, atingida de Paracatu de Baixo, ouve a conversa de duas mulheres. Em um dado momento percebe que, sem saber, falavam dela: “- Esse povo da barragem é tudo folgado, aproveitador”. Enquanto pôde, Lêda

permaneceu quieta. Quando não pôde mais, desabafou: “- Licença, meu nome é Lêda, sou atingida (...). Desde o dia 15 de novembro de 2015, quando ainda estava no hotel com meus filhos, saí para procurar emprego. Não sou folgada, nem aproveitadora ...”. “- Desculpa, não estávamos falando da senhora.” “- Desculpa eu, mas estavam, sim. Estavam falando dos atingidos. Eu sou atingida. Eu, meu marido e minha filha mais velha trabalhamos e não merecemos ouvir esse tipo de coisa. Quando vocês falam de barragem, não importa a comunidade, dói na gente. Não pedi para sair da minha casa (...)”.

De atingido virei réu[37] é uma das matérias que reafirma essa inversão da lógica, revelando uma das facetas do poder econômico e corporativo que se traduz na apropriação do aparato judicial, utilizando-se de recursos e linguagem herméticos e ininteligíveis, além de prazos que objetivam exercer pressão sobre as vidas e decisões dos atingidos. “Sou atingido e sou réu. (...) enfrento um processo movido pela empresa que nos tornou réus. A ação é sobre a não autorização formal para fazer sondagens em nosso terreno. (...)”.

O sofrimento dos atingidos pelos rejeitos foi ampliado pela ausência de um plano de emergência efetivo e pela incapacidade do Estado e da empresa de prestarem o devido atendimento. Destacam-se os impactos sobre a saúde mental dos atingidos e o sofrimento associado à vivência do desastre; a perspectiva da violação do direito à água e aos problemas a ela associados; os possíveis impactos sobre a saúde do contato de curto e longo prazo com metais encontrados, ou potencialmente presentes, no rejeito da barragem do Fundão. Aponta-se, ainda, as implicações trabalhistas sobre as operárias e operários da atividade minerária e também sobre os demais trabalhadores que se encontram ao longo da bacia do Rio Doce.

Por fim, e de grande importância, é a experiência de perda da casa. Vargas (2017, p. 103) afirma: Os cenários de desastres socioambientais têm como uma de suas principais e mais dramáticas expressões o comprometimento da experiência de moradia e vinculação com o Lugar de parcelas sociais significativas (...). O conjunto de expressões desse sofrimento

está bem representado numa diversidade de textos, dos quais serão destacados: *Um ano sem “lá fora”*[38], que trata da perda da extensão da casa, representada pelo quintal e seus componentes, vizinhança e pela rua, trazendo a vida pública e as relações como continuação do espaço privado. *O que ficou com você?*[39], trata do esforço de recuperação dos pertences perdidos na lama. Uma das sessões criadas para o trato do espaço da casa como de identidade é denominado *Intimidade Provisória*. Nela os atingidos revelam como reinventam seus novos locais de moradia provisória, as casas de aluguel, trazendo elementos que configuram a intimidade. *Onde o coração fez morada*[40], conta sobre a ida para Bento Rodrigues nos finais de semana, atividade comum para alguns ex-moradores do subdistrito. “Quando a gente vai pro Bento até o semblante nosso muda, a gente fica feliz. É só ver que tá chegando e o coração nosso até bate mais depressa”, fala Terezinha sobre o sentimento de retornar.

No escopo da **organização, informação e conhecimento**, A *Sirene* criou sessões onde os atingidos encontram todo o agendamento mensal das reuniões, audiências, cursos de formação, plantões técnicos, festas e onde são também publicadas notas de repúdio e cartas de esclarecimento, além dos Grupos de Trabalho (GT) temáticos --GT Reparação e GT Patrimônio. Há chamadas informativas no “*Aconteceu na Reunião*” e orientações importantes acerca da assinatura de documentos, presente em todas as edições.

Na sessão *Direito de Entender*, o Ministério Público publica sobre a venda de animais, especial sobre doações; especial sobre o Acórdão o Policar, Assessoria Técnica, Indenização de danos, cancelamento de cobrança de tributos de veículos, doações para a Arquidiocese, Fundação Renova, dentre outros. São esclarecimentos de natureza legal, produzidos em linguagem direta e clara. O quadro *A gente explica* traz a ideia dos atingidos a respeito dos termos que lhes dizem respeito, a exemplo de: Acolhimento, Compaixão, Comunidade, Desconfiança, Discriminação, Igualdade, Intolerância, Julgamento, Lavoura, Rejeição, Vizinhança. Há também a sessão *Rede Colaborativa* que apresenta os apoiadores dos atingidos, aqueles já mencionados anteriormente.

Considerações Finais

No contexto dos desastres, o protagonismo dos atingidos é algo

comumente passageiro que se encerra tão logo o impacto e o sofrimento social por ele gerado deixa de ser interessante como notícia a ser propagada dentro dos interesses da grande mídia. E isso se dá como se o desastre estivesse finalizado, ou seja, como se se restringisse ao momento do impacto e aos dias imediatamente posteriores a ele. Na verdade, trata-se de um processo que permanece em andamento, se entendido como acontecimento trágico que gera a ruptura da rotina, dos lugares e fazeres, como já referenciado.

Apesar de seu alcance local e, portanto, reduzido, o Jornal *A Sirene – para não esquecer* se transforma num instrumento fundamental de manutenção e reafirmação da memória e da organização, construída paulatinamente, revelando o lugar dos atingidos numa luta que se dá a partir de condições extremamente desiguais de poder, trazendo significação e visibilidade às suas experiências, para si próprios e na formação da opinião pública.

***Maria Auxiliadora Ramos Vargas** é Assistente Social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora – Secretaria de Planejamento e Gestão/Subsecretaria de Planejamento do Território; Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira – Campus Juiz de Fora/MG. Possui Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), Mestrado em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atuação e pesquisa com ênfase em políticas de desenvolvimento urbano, proteção social, defesa civil e desastres. Email: doravargas@uol.com.br

Notas

- 1 Replicado do título da matéria constante da página 6, Edição de Setembro de 2017, do Jornal A Sirene – para não esquecer.
2. O referido artigo foi apresentado oralmente no XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social – ENPESS, em Vitória/ES – dezembro de 2018 e publicado nos seus Anais.
3. Em observação a esse registro, será adotada a mesma terminologia no decorrer do texto.
4. As informações apresentadas no Jornal A Sirene dizem respeito a um conjunto de distritos, subdistritos/comunidades rurais integrantes da região de Mariana/MG. São eles: Bento Rodrigues, Paracatu, Paracatu de Cima, Paracatu de Baixo, Barra Longa, Ponte do Gama, Pedras, Gesteira, Camargos, Borba, Campina e Barretos.
5. Expressão retirada de matéria publicada no Jornal A Sirene – Para não esquecer, edição de dezembro de 2017, p. 14. Acessar em https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed21_dezembro_issuu
6. jornalasirene@gmail.com. Também pode ser acessado no facebook: <https://www.facebook.com/JornalSirene/> e jornalasirene.com.br
7. <https://twitter.com/1minutodesirene>
- 8. Jornal A Sirene: a voz dos atingidos pela Barragem.** A luta pelo direito de voz dos atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, em Mariana/MG, tem uma importante arma: o Jornal A Sirene. Produzido pelos próprios atingidos, o veículo está no epicentro da maior tragédia ambiental do Brasil e é mantido por um acordo entre os atingidos, o Ministério Público e a Arquidiocese de Mariana. Sempre no dia 5 (data que marca a tragédia que matou 19 pessoas e destruiu diversas comunidades) de cada mês, os atingidos lançam uma nova edição do jornal. São veiculados relatos sobre as dificuldades enfrentadas e, também, denúncias sobre a Samarco e suas controladoras, esclarecimentos para as comunidades atingidas e a troca de experiências entre os antigos vizinhos (...). (Ano 3, Edição 27 de 05 de Junho de 2018).
9. Jornal A Sirene, Ano 2 – Edição 18 – Setembro de 2017, p. 02.
10. Mulheres na Luta. Jornal A Sirene - Ano 2, Edição 15, Junho de 2017, p. 10.
11. Onde vou colocar minhas cabras? Jornal A Sirene - Ano 2, Edição 15, Junho de 2017, p 6; Meu acesso é controlado. Ano 1, Edição 9, dezembro de 2016, p. 05.

12. Uma visita à Barra Longa. Jornal A Sirene – Ano 3, Edição 25, Abril de 2018, p. 06.
13. Meu acesso é controlado. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 9, Dezembro de 2016, p. 05.
14. Jornal A Sirene - Ano 1, Edição 3, Junho de 2016, p 16.
15. Jornal A Sirene - Ano 1, Edição 8, Novembro de 2016, p. 08.
16. Jornal A Sirene - Ano 1, Edição 13, Abril de 2017, p. 08.
17. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 13, Abril de 2017, p. 14.
18. Jornal A Sirene – Edição Especial – Setembro de 2017, p. 04.
19. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 6, Setembro de 2016, p. 06.
20. Jornal A Sirene – Ano 2, Edição 22, Janeiro de 2018, p. 06.
21. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 6, Setembro de 2016, p. 10.
22. Jornal A Sirene – Ano 3, Edição 25, Abril de 2018, p. 13.
23. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 3, Dezembro de 2016, p.13; idem – Ano 1, Edição 10, Janeiro de 2017, p. 10; idem – Ano 1, Edição 13, Abril de 2017, p. 13.
24. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 3, Junho de 2016, p. 10.
25. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 4, Julho de 2016, p. 06; Idem – Ano 1, Edição 11, Fevereiro de 2017, p. 30; idem – Ano 2, Agosto de 2017, p.05; Idem – Ano 2, Edição 19, Outubro de 2017, p. 12; Idem – Ano 1, Edição 5, Agosto de 2016, p. 13.
26. Março de 2018.
27. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 10, Janeiro de 2017, p. 06.
28. A matéria vem seguida de uma Nota: “A intenção desta reportagem não é estimular essa prática, mas demonstrar como o trabalho de arqueologia tem andado a passos lentos e não corresponde às expectativas dos atingidos”.
29. Julho de 2016.
30. Abril de 2017.
31. A categoria Lugar é tratada por Vargas (2013, p. 21) em associação com a ideia de identidade e pertencimento.
32. Agosto de 2016.
33. Dezembro de 2016.

34. Janeiro de 2017.
35. Agosto de 2017.
36. Jornal A Sirene – Ano 2, Edição 19 , Outubro de 2017, p. 07.
37. Jornal A Sirene – Ano 1, Edição 9, Dezembro de 2016, p. 07.
38. Novembro de 2016.
39. Novembro de 2016.
40. Outubro de 2017, p. 13.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: Encontro Nacional De Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/VulnerabilidadeAmbProcRelAcselad.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2018.

Jornal A Sirene – *Para Não Esquecer*. Mariana/MG. Disponível em <http://jornalasurene.com.br/edicoes>

MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

QUARANTELLI, Enrico L. *What is a disaster?: Perspectives on the question*. London/New York: Routledge, 1998.

_____ A social science research agenda for the disasters of th 21 st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: R. W. Perry; E. L. Quarantelli (eds). *What is a Disaster? New answers to old questions*. USA: International Research Committee on Disasters, 2005, p.325-396.

SCOTT, James. *Formas cotidianas de resistência camponesa Campina Grande*, v 21, n 01, p 10-31, janjun/2002. . Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. Raízes

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

VALENCIO, Norma. *Para além do dia do desastre – o caso brasileiro*. Curitiba: Appris, 2012.

VARGAS, Maria. Auxiliadora Ramos. *Construção Social da Moradia de Risco: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG*. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ/Mestrado em Planejamento Urbano e Regional, 2006. 160 p. Dissertação de Mestrado.

_____ *Da “chuva atípica” à “falta de todo mundo”*: a

luta pela classificação de um desastre no município de Teresópolis/RJ. PPGS/UFSCar/ Doutorado em Sociologia, 2013. 309 p. Tese de Doutorado.

_____ *Moradia e Pertencimento: a defesa do Lugar de viver e morar por grupos sociais em processo de vulnerabilização.* In: CARDOSO, Aauto L. et al (orgs). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017, p. 103-130.

WANDERLEY, Luiz J.; MANSUR, Maíra S.; PINTO, Raquel G. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). In: MILANEZ, B.; LOSEKANN (orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.* Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016, p. 39-89.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel. Quando o lugar resiste ao espaço. Colonialidade, modernidade e processos de territorialização. In ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (orgs). *Desenvolvimento e conflitos ambientais.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 439-462.

ZUCARELLI, Marcos C. Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflito. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN., C (orgs). *Desastre no Vale do Rio Doce. Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição.* Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016, p. 311-338.